



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI No. 074/99

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Crédito Popular de Ubá e Região com sede nesta cidade.

A C.L.J.R.

Ubc: Mc, 27/09/99

Itamar dos Santos
Vereador - Itamar dos Santos
PRESIDENTE DA CÂMARA

Art. 1º) – Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Crédito Popular de Ubá e Região, com sede nesta cidade, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º)- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º)- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 27 de setembro de 1999.

Itamar dos Santos
Vereador Itamar dos Santos

Associação de Crédito Popular de Ubá e Região

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

Aos oito dias de mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Ubá, teve início às 8h00min a Assembléia Geral da Associação de Crédito Popular de Ubá e Região, presentes os seguintes membros: Maria Thereza Monteiro de Castro Caiaffa, Sebastião José Barreto, João Honório Carneiro, Eliane Rosignoli de Oliveira, Valério Hipólito, Marcelo Correa Paiva, Cláudio Ponciano, José Geraldo Farias, Nelson da Silva Barbosa, Carlos Khouri, Célio Dias Moreira, Rogério Gazolla e Luiz Carlos Vieira de Almeida, sob a presidência do primeiro. A sr.ª presidente designou a Diretora-Presidente para secretariar "ad hoc" os trabalhos de hoje. Passou-se para ordem do dia: Os membros da Assembléia Geral conheceram e acataram renúncia da Sr.ª Lúcia Helena de Lana, da suplência do Conselho de Administração e do Sr. José Márcio Perin, da Diretoria da entidade. A Sr.ª Presidente comunicou da necessidade de substituição da citada conselheira e do mencionado diretor, ficando, após discussão, eleitos o Sr. Luiz Fernando Medina do Vale, para o cargo de 3º. Suplente do Conselho de Administração e o Sr. Delfim de Souza Teixeira para o cargo de Diretor. A Sr.ª Presidente do Conselho de Administração informou, a seguir sobre o andamento dos registros da Associação nos órgãos governamentais, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 08h45min. Para constar, eu, Eliane Rosignoli Oliveira, Diretora-Superintendente, na qualidade de secretária "ad hoc", lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Sr.ª Presidente do Conselho de Administração. Eliane Rosignoli Oliveira, Secretária, e Luiz Fernando Medina do Vale, Presidente do Cons. Administração.


Senhor Contribuinte,

Estamos fazendo a entrega do Cartão CNPJ de seu estabelecimento, em substituição ao Cartão CGC.

Confira os dados do Cartão e, se houver divergência, procure o Órgão da Secretaria da Receita Federal ou Unidade Cadastradora de Órgão Conveniente ao CNPJ que o jurisdiciona para as alterações necessárias.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

00005844

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.610.512/0001-03	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		DATA DE ABERTURA 30/03/1998
		VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2000	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACO DE CREDITO POPULAR DE UBA E REGIAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A C P			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5 - OUTRAS ATIV ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO PRACA SAO JANUARIO	NÚMERO 238	COMPLEMENTO 2 ANDAR	
CEP 36500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO UBA	UF MG
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 722.675.186-00	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atesto, para os devidos fins que a **ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO POPULAR DE UBÁ E REGIÃO**, com sede à **Praça São Januário, nº 238 2º andar**, nesta cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais, inscrito no CGC/CNPJ sob nº **02.610.512/0001-03**, está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, no que concerne às atividades de concessão de crédito ao pequeno empreendedor e ao microempreendedor, individual ou associado, visando à criação ou à expansão de atividade econômica, sendo sua Diretoria constituída dos seguintes membros:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Maria Thereza Monteiro de Castro Caiaffa

Conselheiro: José Geraldo Faria

Conselheiro : Sebastião José Barreto

SUPLENTE

1º - Nelson da Silva Barbosa

2º - Dr. João Honório Carneiro

3º - Luiz Fernando Medina do Vale

DIRETORIA

Diretoria Superintendente : Eliane Rosignoli de Oliveira

Diretor : Dr. Carlos Khouri

Diretor : Delfim de Souza Teixeira



CONSELHO FISCAL

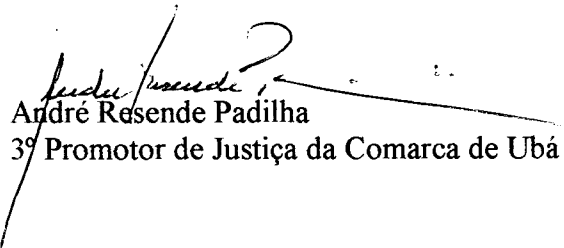
Célio Dias Moreira
Dr. Valério Hipólito
Rogério Gonçalves Gazola

SUPLENTES

Marcelo Correia Paiva
Dr. Luiz Carlos Vieira de Almeida
Cláudio Ponciano

Atesto, outrossim, que a referida entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, sob nenhuma forma, objetivando o atendimento beneficente e gratuito de suas finalidade.

Ubá-MG, 27 de setembro de 1999


André Resende Padilha
3º Promotor de Justiça da Comarca de Ubá

Cartório - Irailda Ribeiro dos Santos

Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos



Cidade de Ubá - Estado de Minas Gerais

República Federativa do Brasil

SERVENTUÁRIO VITALÍCIO

OFICIAL

Dirceu dos Santos Ribeiro

SUBSTITUTOS

Octaviano Januzzi Rocha

Sônia Maria Baião Ribeiro

ESCREVENTES

Isaac Trombert

José Aluisio Baião Ribeiro

Fabiane Baião Ribeiro

AUXILIARES

Dirceu Baião Ribeiro

Célio Queiróz de Almeida

Milton Soares de Barros

Título Pertencente ao

SR. ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO PROPULAR DE UBÁ E REGIÃO

ATA

Valor R\$ _____

Quem não registra não é dono

ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO POPULAR DE UBÁ E REGIÃO

Aos 30 dias do mês de março de 1998, no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Ubá, teve início às 8:00 horas a Assembléia Geral para fundação da Associação de Crédito Popular de Ubá e Região, aprovação dos Estatutos e Eleição de seu Conselho de Administração, de sua Diretoria e de seu Conselho Fiscal. Os trabalhos da Assembléia foram presididos pelo Sr. Nélson da Silva Barbosa. Declarado abertos os trabalhos, o Sr. Presidente convidou a Comissão Pró-Associação a tomar parte da Mesa, expor o objetivo da Associação e fazer um resumo das discussões anteriores, além de propôr a fundação da Associação. Houve debates e perguntas de esclarecimentos. Em seguida, a proposta foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi discutida a proposta dos Estatutos que, após algumas observações, foram aprovados. Foi também eleita a Diretoria e o Conselho fiscal para exercerem o primeiro Mandato de 02 anos, durante o qual deverá proceder o registro da Associação.

O Conselho de Administração ficou assim constituído :

- ♦ Presidente: Maria Tereza Monteiro de Castro Caiaffa, representando o Poder Público Municipal.
- ♦ Conselheiro José Geraldo Farias, representando a Federação das Associações Comunitárias dos Bairros e Distritos de Ubá.
- ♦ Conselheiro Sebastião José Barreto, representando o Sindicato Rural de Ubá.

Suplentes:

- ♦ 1º- Nélson da Silva Barbosa, representando o Poder Público Municipal.
- ♦ 2º- Dr. João Honório Carneiro, representando a UNIMED/Ubá(Cooperativa de Trabalho Médico).
- ♦ 3º- Lucia Helena de Lana, representando a Associação Comercial e Industrial de Ubá/Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região.

A Diretoria ficou assim constituída :

- ♦ Diretora-Superintendente : Eliane Rosignoli Oliveira, representando a Associação Comercial e Industrial de Ubá/Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região.
- ♦ Diretor: Dr. Carlos Khouri, representando a UNIMED/Ubá(Cooperativa de Trabalho Médico).
- ♦ Diretor: José Márcio Perin, representando o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá.

CONFERE COM O ORIGINAL	
DATA	31 / 03 / 1998
Assinatura Legível	116.610-UBÁ-MG
	Doc. Ident. ou Matrícula

CONTENDO COM O ORIGINAL

DATA 31 / Março / 98

Daiana 46.610-0AB-MG

Assinatura Legível Doc. Ident. ou Matrícula

O Conselho Fiscal ficou assim constituído:

- ♦ Célio Dias Moreira, representando o Poder Público Municipal.
- ♦ Dr. Valério Hipólito, representando a UNIMED/Ubá (Cooperativa de Trabalho Médico).
- ♦ Rogério Gazolla, representando o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá.

Suplentes:

- ♦ 1º- Marcelo Correa Paiva, representando o Poder Público Municipal.
- ♦ 2º- Dr. Luiz Carlos Vieira de Almeida, representando a UNIMED/Ubá (Cooperativa de Trabalho Médico).
- ♦ 3º- Cláudio Ponciano, representando a Federação das Associações Comunitárias de Bairros e Distritos de Ubá.

Não havendo nada mais a tratar, o Sr. Presidente terminou o encerramento da Assembléia e Eu, Secretária, fiz lavrar a presente Ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, pela Diretoria Eleita e por mim secretária, que a digitei.

Maria Tereza Monteiro de Castro Caiassa

Sebastião José Barreto

João Honório Carneiro

Eliane Rosângela de Oliveira

José Márcio Perin

Valério Hipólito

Marcelo Correa Paiva

Claudio Ponciano

José Geraldo Farias

Nelson da Silva Barbosa

Lucia Helena de Lana

Carlos Khouri

Célio Dias Moreira

Rogério Gazolla

Luiz Carlos Vieira de Almeida

✓ RECONHEÇO Autentica a Firma de
Maria Tereza Monteiro de Castro
Caiassa, Sebastião José Barreto,
João Honório Carneiro de
 Em Test. up da verdade,
 Ubá, 31 de março de 98

MARIA DAS GRAÇAS DEMARTINE DE SOUZA
 Tabeliã 3.º Ofício - Ubá - MG

Márcia Mª Demartine Souza
 Escrevente Juramentada

[Assinatura]

Cartório - Iralda Ribeiro dos Santos

Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos



Cidade de Ubá - Estado de Minas Gerais

República Federativa do Brasil

SERVENTUÁRIO VITALÍCIO

OFICIAL

Dirceu dos Santos Ribeiro

SUBSTITUTOS

Octaviano Januzzi Rocha

Sônia Maria Baião Ribeiro

ESCREVENTES

Isaac Trombert

José Aluisio Baião Ribeiro

Fabiane Baião Ribeiro

AUXILIARES

Dirceu Baião Ribeiro

Célio Queiróz de Almeida

Milton Soares de Barros

Título Pertencente ao

SR.

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO POPULAR - ACP

Valor R\$

Quem não registra não é dono

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO POPULAR - ACP

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

A Associação de Crédito Popular-ACP é uma associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, com sede e foro em Ubá-MG, fundada em 30/03/98, com o objetivo de participar da execução do Programa Estadual de Crédito Popular, instituído pela Lei 17.647/97, mediante a concessão de crédito ao pequeno empreendedor e ao microempreendedor, individual ou associação, visando à criação ou à expansão da atividade econômica. As decisões são oriundas da Assembléia Geral e a administração compete ao Conselho de Administração, Diretora e Conselho Fiscal. No caso de liquidação, o patrimônio será destinado a entidade congênere, a critério da Assembléia Geral. Ubá, MG, 30 de março de 1998 Maria, Maria Thereza Monteiro de Castro Caiassa, Presidente do Conselho de Administração.

Cartório 3.º Ofício
Ubá - MG

Tabelião
M. das Graças Demarline de Souza

Substituto
Sérgio Luis Demarline Souza

Escritores Juraentados
Fernes R. Gomes de Souza
Marco Antonio Demarline Souza
Marcia M. Demarline Souza

Auxiliares
Alvaro Augusto Demarline Souza
Luiz Fernando Demarline Souza

RECONHEÇO Autentica a Firma de Maria Thereza Monteiro de Castro Caiassa
Em Test.º Maria da verdade, 30
Ubá, 30 de Março de 98
MARIA DAS GRAÇAS DEMARLINE DE SOUZA
Tabelião 3.º Ofício - Ubá - MG

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO POPULAR - ACP

ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I

Denominação , Sede, Objetivo, Ambito de atuação e Duração.

ART. 1º A Associação de Crédito Popular - ACP é uma associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, com sede e foro em Ubá, Minas Gerais, à Praça São Januário, 238, 2º andar, que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pela legislação em vigor.

ART. 2º O objetivo da ACP é participar da execução do Programa Estadual de Crédito Popular, instituído pela Lei nº 17.647, de 21 de outubro de 1997, mediante a concessão de crédito ao pequeno empreendedor e ao microempreendedor, individual ou associado, visando à criação ou à expansão da atividade econômica.

PARAGRAFO UNICO - Para a consecução de seus objetivos, a ACP pode celebrar contratos e convênios, contrair empréstimos e outras obrigações com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas.

Art. 3º Compete a ACP:

I - Receber, administrar, aplicar e reaplicar os recursos provenientes do crédito que lhe for concedido;

II - prestar assistência técnica às demais associações envolvidas no Programa, em especial no que se refere ao

Amaz

desenvolvimento de recursos humanos;

III - incentivar os pequenos e microempreendedores a participarem do Programa e informa-los sobre as suas normas e os seus objetivos;

IV - prestar contas da aplicação dos recursos na periodicidade e forma exigidas pelos órgãos colegiados e pelo BDMG;

V - efetuar o resgate do financiamento ao BDMG, no vencimento do contrato.

ART. 4º - Os recursos da ACP destinados a concessão de crédito serão provenientes do capital, de doações, aplicações e empréstimos.

ART. 5º - A ACP deve pautar sua atuação observando os seguintes princípios, conforme disposto na Lei nº 12.647, 21 de outubro de 1997:

I - a autosuficiência deve ser buscada, de modo a tornar-se financeiramente independente do poder público e de instituição pública ou privada;

II - a remuneração do capital deve ser adequada ao público que destina;

III - os serviços se realizarão de forma ágil e desburocratizada;

IV - a distribuição de lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes é vedada;

V - A captação de recursos junto ao público é vedada.

21032
3

ART. 6º - A área de atuação da ACP é a região compreendida pelos Municípios de Divinésia, Dorés do Turvo, Guidoal, Guiricema, Mercês, Piraúba, Rio Pomba, São Geraldo, Senador Firmino, Silveirânia, Tocantins, Ubá, Visconde do Rio Branco.

ART. 7º - O período de duração da ACP é indeterminado.

CAPITULO II

SOCIOS

ART. 8º - Podem associar-se a ACP pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e internacionais.

ART. 9º - Os sócios não responderão, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações e compromissos assumidos pela ACP.

CAPITULO III

ASSEMBLEIA GERAL

ART. 10 - A assembléia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da ACP e tomar as decisões que julgar conveniente para sua defesa e desenvolvimento.

ART. 11 - A Assembléia Geral é constituída pelo conjunto dos sócios do ACP, sendo que a cada sócio corresponderá um único voto.

ART. 12 - São atribuições privativas da Assembléia Geral:

- I - reformar o Estatuto Social;
- II - estabelecer as diretrizes gerais das atividades do ACP;
- III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV - examinar e aprovar os balanços anuais de cada exercício;
- V - aprovar o orçamento de custeio, investimento e de operações;
- VI - aprovar a contratação de auditoria externa independente;
- VII - decidir sobre a dissolução da ACP, segundo os procedimentos estabelecidos no Estatuto Social;
- VIII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

ART. 13 - As reuniões da Assembléia Geral são presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

ART. 14 - A Assembléia Geral pode ser ordinária ou extraordinária. A Assembléia Geral Ordinária realiza-se nos três primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício, por convocação do Presidente do Conselho de Administração, e as extraordinárias sempre que necessário, por convocação do Presidente do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da maioria dos sócios.

ART. 15 - A convocação para as reuniões, contendo a ordem do dia, será feita com antecedência mínima de sete dias da data

1132

da realização do evento, ou em prazo menor em caso de urgência.

ART. 16 - A Assembléia Geral instala-se, em primeira chamada, com a presença da metade mais um dos sócios da ACP e , em segunda chamada, que ocorrerá após 48 horas da primeira, com qualquer número de presentes, tomadas as decisões por maioria simples de votos dos presentes.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Para fins de aprovação do previsto nos itens I e IX do art. 12 é necessária a aprovação de, no mínimo, metade dos sócios da ACP.

PARAGRAFO SEGUNDO - Das reuniões será lavrada ata contendo as decisões tomadas, a qual será assinada pelos membros presentes.

CAPITULO IV - ADMINISTRAÇÃO

ART. 17 - A ACP é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ART. 18 - O Conselho de Administração é constituído por 3 membros e igual número de suplentes, representantes da sociedade civil e do poder público, com mandato de dois anos, permitida a reeleição.

ART. 19 - A participação no Conselho de Administração não é remunerada.

Am3a

ART. 20 - Compete ao Conselho de Administração:

I - definir a política geral e as estratégias da ACP;

II - aprovar o Regimento Interno da ACP;

III - eleger e destituir a diretoria;

IV - manifestar-se sobre os relatórios e balancetes semestrais e sobre o balanço anual da ACP;

V - autorizar a contratação de empréstimos e aplicações; além de outras obrigações para com terceiros em valor superior a 5% do capital da ACP;

VI - propor e manifestar-se sobre as matérias que serão submetidas a Assembléias Geral;

VII - propor a contratação de auditoria externa.

ART. 21 - O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre, por convocação do Presidente e extraordinariamente sempre que necessário, pôr convocação do Presidente, do Conselho Fiscal ou da maioria dos seus membros.

SEÇÃO II - DIRETORIA

ART. 22 - A Diretoria é composta pelo Diretor - Superintendente e 2 diretores,

ART. 23 - Compete à Diretoria Executiva:

I - executar as políticas da ACP, em conformidade com o deliberado pelo Conselho de Administração e Assembléias

gerais;

III - apresentar ao Conselho de Administração os relatórios e balancetes semestrais e o balanço anual da ACP;

IV - representar a ACP em juízo ou fora dele pela assinatura de dois de seus membros ou de um deles e um procurador;

V - deliberar sobre a admissão e demissão de empregados, informando ao Conselho de Administração;

VI - apresentar ao Conselho de Administração, até 30 de novembro, a proposta de trabalho do ano subsequente e a respectiva previsão orçamentária.

ART. 24 - A Diretoria reúne-se quando convocada pelo Diretor Superintendente, deliberado pela maioria de votos.

CAPITULO V - CONSELHO FISCAL

ART. 25 - O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de dois anos, podendo haver uma recondução.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A participação no Conselho Fiscal não é remunerada.

PARAGRAFO SEGUNDO - Para auxiliar o Conselho Fiscal será contratada auditoria externa.

ART. 26 - Compete ao Conselho Fiscal, pelo menos uma vez por ano e sempre que entender conveniente:

I - examinar as notas, livros, registros e demais documentos da ACP, emitindo parecer que será anexado ao relatório do Conselho de Administração;

II - convocar extraordinariamente o Conselho de Administração e a Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes..

CAPITULO VI

DO EXERCICIO SOCIAL

ART. 27 - O exercício social coincide com o ano civil e no seu final serão elaboradas as demonstrações financeiras para a apreciação do Conselho Fiscal e posteriormente da Assembléia Geral Ordinária, bem como um relatório das atividades desenvolvidas, para a apreciação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Ordinária.

rio 3.º Ofício

Uba - MG

Tabelião

caso de morte de Souza

Substituto

Leiz Lematline Souza

Escritores Juramentados

Fernando H. Gomes de Souza

Marcos Antonio Perceira Souza

Marcos M. Perceira Souza

Auxiliares

Alvaro Augusto Cerqueira Souza

Leiz Fernando Cerqueira Souza

CAPITULO VII

LÍQUIDAÇÃO

RECONHEÇO Autenticada a Firma

Maria das Graças Demartine de Souza

Em Teste

Uba, 31 de

da verdade, de 98

MARIA DAS GRAÇAS DEMARTINE DE SOUZA

Tabelião 3.º Ofício - Uba - MG

ART. 28 - A ACP será liquidada nos casos legais ou por deliberação da Assembléia Geral, a qual nomeará neste mesmo ato o liquidante.

PARAGRAFO UNICO - Em caso de liquidação da ACP, e na hipótese de haver resíduo patrimonial, este será destinado a entidades congêneres, sem fins lucrativos, de acordo com deliberação da Assembléia Geral, respeitados os casos específicos previstos em compromissos e convênios firmados ou na legislação vigente.

Uba, MG, 30 de março de 1998

Maria Thereza Monteiro de Castro Caiaffa
Presidente Conselho de Administração